



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – ESPANHOL**

JOANA MARIA DOS SANTOS FERREIRA

**A LÍNGUA ESPANHOLA NO ESTADO DA PARAÍBA E A IMPORTÂNCIA DA
FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE ESPANHOL.**

**CAMPINA GRANDE
2023**

JOANA MARIA DOS SANTOS FERREIRA

**A LÍNGUA ESPANHOLA NO ESTADO DA PARAÍBA E A IMPORTÂNCIA DA
FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE ESPANHOL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras/Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Letras – Habilitação Língua Espanhola.

Orientador: Prof. Me. Alessandro Giordano

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F383I Ferreira, Joana Maria dos Santos.
A língua espanhola no estado da Paraíba e a importância da formação continuada do professor de espanhol [manuscrito] / Joana Maria dos Santos Ferreira. - 2023.
25 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Alessandro Giordano ,
Coordenação do Curso de Letras Espanhol - CEDUC."

1. Língua espanhola. 2. Formação continuada. 3.
Professor de espanhol. I. Título

21. ed. CDD 460

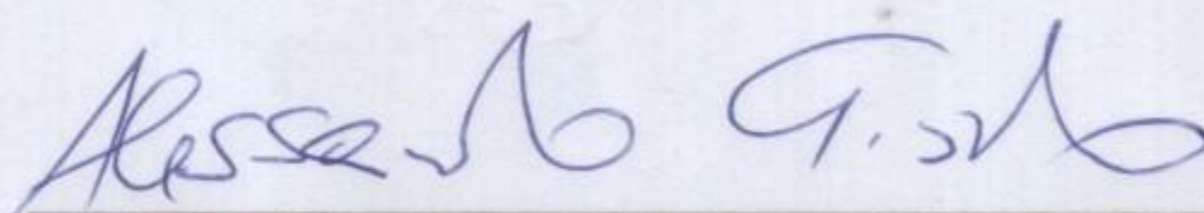
JOANA MARIA DOS SANTOS FERREIRA

A LÍNGUA ESPANHOLA NO ESTADO DA PARAÍBA E A IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE ESPANHOL.

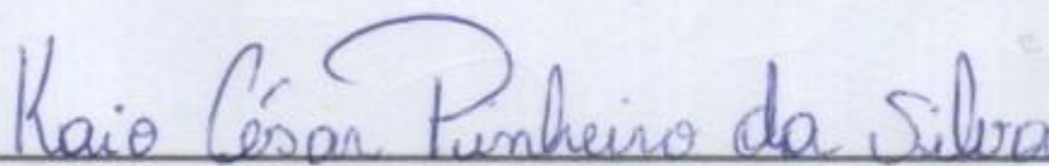
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso DE Letras/Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Letras – Habilitação Língua Espanhola.

Aprovada em: 27/06/2023.

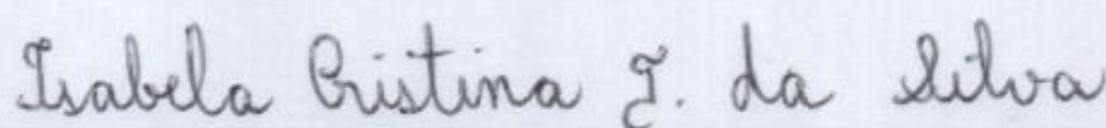
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me Alessandro Giordano (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Kaio César Pinheiro da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Isabela Cristina Tavares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	4
2A IMPORTÂNCIA DE APRENDER A LÍNGUA ESPANHOLA: ALGUMAS PREMISSAS.....	6
2.1 A língua espanhola no estado da Paraíba: caminhos traçados até o presente.....	6
2.1.1 A presença da língua estrangeira na educação brasileira: Uma breve cronologia.....	9
2.1.2 O Espanhol na educação paraibana: o processo de implementa- ção e efetivação.....	12
3 A ESCOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO- APRENDIZAGEM LÍNGUA DE	
ESTRANGEIRA.....	13
3.1 A importância da formação continuada dos professores.....	16
4 CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

A LÍNGUA ESPANHOLA NO ESTADO DA PARAÍBA E A IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE ESPANHOL

Joana Maria dos Santos Ferreira¹

RESUMO

A língua espanhola é um dos idiomas mais falados no mundo, atualmente. Sendo considerado o segundo idioma para a comunicação internacional. Como relutância do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que visava políticas públicas entre os países participantes e acordos comerciais, a partir de então, a língua espanhola vem ocupando um espaço na educação brasileira e com isso surge a necessidade de novos profissionais no mercado de trabalho. Sabendo disso, durante o exercício do professor, surgem inúmeros desafios que o faz se questionar sobre sua prática. Dessa forma, entra a necessidade da formação continuada, que propõe ao professor novos caminhos que favoreçam positivamente a prática docente, levando-o a alcançar novas possibilidades de tornar o discente, um cidadão melhor. O trabalho intitulado “A língua espanhola no estado da Paraíba e a importância da formação continuada do professor de espanhol” tem como objetivo propor um diálogo acerca da formação continuada e da melhoria proposta diante de desafios que surgem durante a prática docente. Para este, buscamos, através de textos bibliográficos de autores como: LIBÂNEO (2004), PEREIRA (2011) e CELANI (2009) que defendem a formação continuada como um dos elementos primordiais do processo de formação e transformação do docente. Sabemos que a formação continuada, apesar de ser um processo que, geralmente, funciona singularmente para cada profissional, ela serve de mapa para trilhar os caminhos do conhecimento, tanto para o professor em sua prática, quanto para o aluno em seu processo de aprendizagem.

Palavras-Chave: Língua Espanhola. Formação Continuada. Professor. Ensino.

RESUMEN

El español es una de las lenguas más habladas del mundo en la actualidad. Siendo considerada la segunda lengua de comunicación internacional. Desde la reticencia del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), que pretendía políticas públicas entre los países participantes y acuerdos comerciales, la lengua española viene ocupando un espacio en la educación brasileña y con esto viene la necesidad de nuevos profesionales en el mercado de trabajo. Sabiendo esto, durante el ejercicio de la enseñanza, surgen numerosos desafíos que le hacen cuestionar su práctica. De esta forma, surge la necesidad de una formación continuada, que ofrezca al profesor nuevos caminos que favorezcan positivamente la práctica docente, llevándolo a alcanzar nuevas posibilidades de hacer del alumno un mejor ciudadano. El objetivo del trabajo titulado "La Lengua Española en el Estado de Paraíba y la importancia de la formación continuada de los profesores de español" es proponer un diálogo sobre la formación continuada y la mejora propuesta ante los desafíos que surgen durante la práctica docente. Para

¹ Aluna da graduação do curso de Letras – Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, campus I – Campina Grande. Email: ferreirajoana1806@gmail.com

ello, recurrimos a textos bibliográficos de autores como LIBÂNEO (2004), PEREIRA (2011) y CELANI (2009), que defienden la formación continuada como uno de los principales elementos del proceso de formación y transformación docente. Sabemos que la formación continua, a pesar de ser un proceso que suele funcionar de forma singular para cada profesional, sirve de mapa para seguir los caminos del conocimiento, tanto para el profesor en su práctica como para el alumno en su proceso de aprendizaje.

Palabras clave: Lengua Española. Formación permanente. Profesorado. Enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração que as informações se fazem presentes muito rapidamente em nosso meio social, elas se modificam a todo momento, e dessa forma, o que antes era atual, hoje se torna antiquado e novos conceitos ocupam espaços de outros, que outrora eram atuais e se atualizaram. Dessa forma, não é diferente no meio educacional uma vez que conceitos considerados padrões por muito tempo se modificam graças às práticas e às experiências novas e se convertem em novos conceitos.

Sabe-se, pois que muitos desses conceitos servem para orientar as pessoas, desde preceitos para viver em sociedade, até normas e princípios presentes no âmbito educativo que nos ajudam a entender determinado acontecimento que ocorreu ou ocorre no meio educacional. Assim, esses conceitos se atualizam e/ou se moldam a fim de viabilizar as relações pessoais.

Levando em consideração essa velocidade em que as informações se moldam no meio educacional, se torna imprescindível que os professores e instituições procurem se atualizar e buscar novos meios que facilitem e ajudem a preparar o profissional da área para desafios vindouros que a profissão reserva. Dessa maneira, vale ressaltar a importância que a formação continuada exerce na vida de um professor, uma vez que o profissional que está sempre disposto a se adaptar às novas mudanças, essas modificações o proporcionarão grandes vantagens em seu ofício.

Por sua vez, a língua espanhola nos últimos anos vem ganhando espaço no cenário da educação brasileira devido a muitas lutas traçadas pela associação de professores de espanhol, como também iniciativa de professores e representantes políticos que tem uma visão positiva da educação. Com isso, graças a lei 11.191/2018 que dispõe da inserção da disciplina de língua espanhola no currículo estadual no estado da Paraíba, essa língua se tornou mais presente na educação estadual paraibana e com isso, a necessidade de mais professores para atuarem na área.

Sabendo disso, surge a importância da formação continuada diante da prática educativa uma vez que, ela pode proporcionar ao profissional êxito em seu âmbito profissional, disponibilizando uma melhor qualidade de ensino para seus alunos; logrando alcançar os objetivos de aulas traçados; entre outros. Tudo isso em prol de tornar esses alunos cidadãos autênticos, críticos e dinâmicos.

Para mais, este trabalho tem como objetivo propor um diálogo acerca da formação continuada do professor de língua estrangeira, neste caso o professor de espanhol, considerando o avanço desse idioma no estado da Paraíba. Para este diálogo, usamos autores como LIBÂNEO (2004), PEREIRA (2011) e CELANI (2009) que

apresentam ideias e contribuições sobre a formação continuada, como também a melhoria que ela propõe ao profissional da área.

Este trabalho foi dividido em três tópicos: No primeiro momento, comentaremos brevemente sobre a importância de aprender a língua espanhola como língua estrangeira diante do cenário atual brasileiro; no segundo momento, apresentaremos, de forma cronológica como se iniciou e se permeou até os dias atuais as línguas estrangeiras no Brasil e no estado da Paraíba, divididos em dois subtópicos, o primeiro argumentando uma ideia mais geral e o segundo sendo mais específico; por fim, trataremos de expor um diálogo sobre a formação continuada e seus desafios diante da prática educativa.

A formação continuada tem um intuito de promover e modificar a prática educativa, levando sempre o profissional a se inovar e melhorar no seu espaço de trabalho. Ela propõe não somente melhoras em sua prática, mas também levanta inúmeros questionamentos e reflexões acerca da sua profissão, sempre no decoro de buscar melhores condições para o profissional e para a sua prática.

2 A RELEVÂNCIA DE APRENDER A LÍNGUA ESPANHOLA: ALGUMAS PREMISAS.

A língua espanhola vem ganhando espaço a nível global, atualmente. A posição que ela ocupa no mundo, na contemporaneidade, é de plena importância pois quem “decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal”. (Sedycias, 2005, p. 36). O castelhano, como também é conhecido o espanhol, se eleva através de diversos fatores, como na música, na literatura, nas relações comerciais e primordialmente na presença de nativos da língua que viajam pelo mundo para conhecer, trabalhar e/ou até mesmo morar.

Em nosso século atual, adquirir uma nova língua como bagagem de conhecimento, se torna imprescindível para qualquer ser humano, uma vez que, implica em construir pontes para uma formação profissional, social, econômica e cultural. Quando passamos a analisar a imensidão do espanhol, Bateill (2009) discorre que o espanhol é um idioma falado por mais de 420 milhões de pessoas, sendo a segunda língua mais falada no mundo ocidental.

Além da Espanha, é a língua oficial de 21 países, localizados em sua maioria na América Latina. Em um estudo comparativo dos idiomas mais falados no mundo, o espanhol só perde para o mandarim, falado por mais de 800 milhões de pessoas e nos Estados Unidos o espanhol é a segunda língua, porque mais de 17 milhões de pessoas também falam esse idioma.

Nos últimos anos, no Brasil, a Língua Espanhola vem ocupando um espaço significativo em diversos âmbitos. São levados em consideração pelos brasileiros os aspectos sociais, políticos, econômicos e pessoais que influem em aprender determinada língua. Durante uma entrevista de emprego, por exemplo, é um diferencial o candidato ter fluência em uma língua estrangeira; a depender do local onde ele está, a língua espanhola é preferencial, quando comparado a língua inglesa.

Aprender uma língua estrangeira como adicional à bagagem de conhecimento, pode potencializar o indivíduo em diversos fatores e contextos da sua vida, isso porque uma língua adicional:

Poderá ser a língua do trabalho (receber hóspedes em um hotel, traduzir manuais, atender os clientes em um call center), do estudo (ler textos, preparar

abstracts, pesquisar na internet) ou do lazer (cantar as músicas preferidas, jogar no tablet, ler um romance lançado no exterior). Funciona numa espécie de distribuição complementar com a língua materna, que será (ou não), preferencialmente usada em outros contextos (na vida familiar, com os amigos, nos serviços públicos) (LEFFA; IRALA, 2014, p. 34-35).

No que diz respeito ao contexto político, o ponto chave é o acordo do Mercosul: Mercado comum do Sul, estabelecido em 1991, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que tinha como principal objetivo abrir caminhos para a constituição de um mercado comum entre os países membros. Formando, assim, uma amistosa união.

Dessa forma os objetivos do MERCOSUL visam:

crear medios para ampliar las actuales dimensiones de los mercados nacionales, potenciar, sobre esta base, el desarrollo económico con justicia social y desarrollar el aprovechamiento de los recursos disponibles en la región, preservando el medio ambiente y mejorando los medios de transporte y comunicación. (SEDYCIAS, 2005, p.19)²

Ao notar que os países visam políticas públicas em comum entre os países para estabelecer uma relação de amizade e conforto para os cidadãos. Com relação à linguística, o Brasil é o único país participante do Mercosul que não fala a língua espanhola, sendo esse um motivo para tornar a aprendizagem do espanhol uma necessidade entre os brasileiros.

No que diz respeito a educação no Brasil com relação a línguas estrangeiras, é citado nos documentos oficiais da educação sobre a importância do MERCOSUL, a exemplo dos PCN'S (1998, p.23), no qual diz que é necessário "(...) considerar também o papel do espanhol, cuja importância cresce em função do aumento das trocas econômicas entre as nações que integram o Mercado das Nações do Cone Sul (Mercosul)". E da OCEM (2006, p.127), onde discorre que "É fato, portanto, que sobre tal decisão pesa um certo desejo brasileiro de estabelecer uma nova relação com os países de língua espanhola, em especial com aqueles que firmaram o Tratado do Mercosul.". Dessa forma, notamos, a partir do exposto, a necessidade de aprender a língua espanhola para fins comerciais e políticos.

A escola prepara o indivíduo para viver em sociedade. Sabendo disso, é importante que ele esteja bem-preparado para conviver harmoniosamente com diversos tipos de pessoas. Levando em consideração o que já foi dito, no mundo há diversos aspectos de diferentes povos, aspectos esses culturais, sociais, físicos e linguísticos. Por sua vez, o indivíduo é preparado perante a possibilidade de estar em contato com eles.

Dessa forma, levando a cabo a localização geográfica do Brasil, onde está rodeado por sete países que possuem o espanhol como língua materna, aprender o referido idioma faz-se necessário, haja vista que estamos em constante contato com este idioma em nossas fronteiras. Assim, aprender o castelhano como LE é permitir que o brasileiro conheça o outro em suas diferenças e singularidades.

Há inúmeros motivos e possibilidades que favorecem e colaboram para o aprendizado da língua espanhola como Língua estrangeira. Por este motivo, hoje muitos brasileiros buscam por cursinhos de idiomas tanto para se integrar numa

² Criar meios para ampliar as atuais dimensões do mercado nacional, potenciar, sobre esta base, o desenvolvimento econômico com justiça social e desenvolver o aproveitamento dos recursos disponíveis na região, preservando o meio ambiente e melhorando os meios de transporte e comunicação. (Tradução nossa)

sociedade mais ampla como também ter um diferencial em seu currículo de trabalho e bagagem de conhecimento.

Levando a cabo determinado contexto, aprender o castelhano no Brasil, isto é, para falantes nativos da língua portuguesa, fica mais fácil, isso porque considerando a conjuntura da língua portuguesa e da língua espanhola, ambas apresentam características similares por serem oriundas do Latim.

Atentando a determinadas semelhanças entre os idiomas, muitos creem que estão entendendo o que está sendo falado em um diálogo com um falante nativo do espanhol e, por esta razão, acreditam que não é necessário aprender o espanhol para entendê-lo. Entretanto, estes fatos não devem ser considerados, haja vista por estar localizada em mais de 20 territórios diferentes no globo terrestre, ela se manifesta de inúmeras maneiras, apresentadas todas em diferentes variações.

Considerando que estamos diante do fenômeno da globalização, sabemos a importância de aprender uma língua estrangeira. Assim, esse fenômeno citado é um fator possível que deveria transformar a língua espanhola como segunda língua nas escolas, como discorre Abreu:

A globalização e as origens históricas do processo educacional brasileiro são aspectos relevantes a serem interpretados para situar a função e o objetivo do idioma espanhol, como segunda língua, nas escolas públicas ou privadas. É evidente que o cenário mudou, com relação aos estudos desta língua que, em décadas anteriores, estavam quase extintos no meio educacional. Ainda, segundo os dados do Plano Trienal de Educação, texto oficial do MERCOSUL, foi dado grande relevância à educação como fator de integração regional, à medida que poderia contribuir de forma expressiva para a superação das disparidades regionais, para consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico e social. (ABREU, 2008, p.5)

Dessa forma, muitos brasileiros possuem o desejo de aprender o espanhol com o objetivo de conhecer e aproximar-se mais dos costumes e cultura de nossos vizinhos.

Contudo, muitos amantes do idioma castelhano se sentem coibidos em aprender tal língua, devido à sua desvalorização que é atribuída ao ensino desta língua, em nosso território. Porém, a luta por valor deste idioma não parou e graças a associações espalhadas ao redor dos estados brasileiros, o ensino da língua espanhola encontra-se viva em algumas instituições escolares do nosso país.

2.1 A língua espanhola no estado da Paraíba: caminhos traçados até o presente

O ensino da língua espanhola se deu no estado da Paraíba por meio de muitas lutas. O ponto de partida para o início dessa luta aconteceu devido à aprovação do projeto de lei conhecido como a reforma do ensino médio, onde tirava o ensino da língua espanhola das escolas de todo território brasileiro. Assim, neste tópico vamos apresentar algumas explicações sobre como o espanhol chegou até o presente momento como língua estrangeira no Brasil e no estado da Paraíba. Por isso, precisamos voltar à história e entender um pouco como se desenvolveram as línguas estrangeiras na educação brasileira até os dias de hoje.

2.1.1 A presença da língua estrangeira na educação brasileira: Uma breve cronologia

Quando pensamos sobre o ensino-aprendizagem das línguas estrangeiras no Brasil, reconhecemos que sua história está entranhada em diversos momentos de organizações históricas e sociais do nosso País. O reconhecimento das línguas estrangeiras enquanto idioma se deu no início da colonização do Brasil, quando os portugueses implantaram um regime educativo que contribuiu para a expansão do catolicismo.

Segundo Chagas (1957), para que o regime exploratório de territórios, de riquezas e de fins educacionais pudessem entrar em vigor, era necessário o auxílio dos povos indígenas para realizar mão de obra e trocas comerciais. Para isso, através da colonização realizada pelos europeus no ano de 1500, começou a surgir o primeiro contato com o ensino de línguas no Brasil, tendo como precursores os padres jesuítas, ao fundarem a primeira escola de línguas do Brasil.

No século da colonização brasileira, começou a surgir o primeiro contato entre as línguas, sendo essas: O Tupi, a língua portuguesa e o latim. Tanto o latim como a língua portuguesa eram utilizadas pelos jesuítas enquanto instrumentos catequizadores dos povos indígenas, transformando-os em disseminadores dessas línguas. Com a chegada do Marquês de Pombal nas terras brasileiras no ano de 1759, a configuração dos idiomas do país começou a passar por reformas, implantando assim a língua portuguesa como idioma oficial de relações políticas, sociais e comerciais.

Durante essa relação dialetal entre línguas, as línguas estrangeiras passam a emergir no cenário apresentado, tendo como finalidade a comunicação entre os povos. De acordo com Chagas (1957), a chegada da família portuguesa no ano de 1808 e de sua decisão da corte nº 29 instituída no ano 1809, traz uma nova compreensão das línguas estrangeiras, colocando-as na postura de línguas clássicas, como nos territórios europeus, explorando apenas a gramática, a tradução e leitura.

Segundo Oliveira (2002), ao chegar no período do Brasil Império, datado entre 1841 e 1881, o Brasil passa por uma série de reformas, no tocante à educação. É nessa época, através do mandato do Ministro Antônio Carlos no ano de 1841, que ele implementa a presença de línguas antigas e modernas como o latim, inglês, o francês, o alemão e o italiano (sendo esse facultativo) em todos os níveis do Colégio D. Pedro II. No ano 1857, com mais uma reforma realizada pelo Marquês de Olinda, surge a preocupação com a metodologia de ensino das línguas estrangeiras como: francês, alemão e italiano.

Com a chegada do período da primeira república instaurada nos anos de 1890 e 1925, outras reviravoltas no cenário educacional aconteceram, influenciando diretamente no ensino de línguas estrangeiras. A reforma de 1890, promovida pelo Ministro Benjamim Constant, foi a responsável por excluir o inglês e o alemão da literatura brasileira, implicando numa perda de valor desses idiomas para a sociedade. Felizmente, essa exclusão não perdurou, pois através do decreto de nº 1.401, as línguas inglesa e alemã retornam ao cenário educacional sendo cobradas em exames preparatórios para o ingresso em universidades de cursos superiores, incorporando a volta e o valor desses idiomas nos currículos (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Guimarães (2011, p. 2):

A inclusão do ensino de espanhol no sistema educativo brasileiro tem início em 1919, com a abertura de concurso para a cadeira de espanhol no Colégio de Pedro II, em decorrência do aumento de subvenção para a criação da cadeira, aprovado pela Lei 3.674, de 7 de janeiro de 1919. A cadeira de espanhol foi criada em reciprocidade ao ato do governo do Uruguai que criou uma cadeira de português [4]. Em março do mesmo ano, o Colégio Pedro II abriu concurso para uma cadeira de espanhol, e em 5 abril aprovou o programa de ensino.

A língua Espanhola mostra-se presente pela primeira vez no Colégio Pedro II em 1919, após um acordo entre o Brasil e Uruguai, após a inserção da cadeira de português na educação uruguaia. No entanto, é no ano de 1942, que se inicia um marco na educação brasileira, surgindo a legislação da “reforma Capanema”, sendo essa criada e instaurada pelo Ministro Gustavo Capanema, tendo como principal objetivo criar medidas para a reestruturação da educação brasileira, dando uma “voz” tanto para as línguas tidas como clássicas como Latim e Grego, quanto as chamadas línguas modernas como: inglês, francês e espanhol. Neste ponto, a língua espanhola acaba sendo incluída e instituída como disciplina obrigatória nos currículos de ensino médio como aponta o decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942:

DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942

Aít. 12. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes:

- I. Línguas:
1. Português.
 2. Latim.
 3. Grego.
 4. Francês.
 5. Inglês.
 6. Espanhol.

Aít. 13. As disciplinas indicadas no artigo anterior são comuns aos cursos clássico e científico, salvo o latim e o grego, que somente se ministram no curso clássico, e o desenho, que se ensina somente no curso científico.

Aít. 14. As disciplinas constitutivas do curso clássico terão a seguinte seqüência:

Primeira série : 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês 5) *Espanhol*. 6) Matemática. 7) História geal. 8) Geografia geal.

Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês 5) *Espanhol*. 6) Matemática. 7) Física. 8) Química. 9) História geal. 10) Geografia geal. (BRASIL, 1942)³

Apesar da reforma da lei orgânica secundária ou como muitos preferem chamar “reforma Capanema” receber inúmeras críticas sendo chamada até de documento fascista, foi a reforma que mais rendeu frutos para o ensino de línguas estrangeiras no Brasil, dando a oportunidade para todos os alunos que estavam nos três níveis de ensino: ginásio, científico e clássico aprenderem o latim, o francês, o inglês e ainda de brinde o espanhol.

Depois de décadas, é possível notar o retorno da língua espanhola no documento da Lei e diretrizes e bases da educação nacional LDB, documento esse que busca incluir a língua estrangeira como disciplina obrigatória apenas no Ensino Médio:

§ 4o Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (LDB, 1996, p.5)

³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Infelizmente, podemos perceber que no ensino fundamental, essa inclusão não aconteceu, predominando apenas o ensino da língua inglesa, deixando a obrigatoriedade e responsabilidade da manutenção da língua espanhola a cabo do ensino médio para dar conta de toda uma gama cultural e gramatical da língua. No entanto, a maré de exclusão para o ensino de espanhol no Brasil, acaba por cessar desde os séculos XX e XXI, quando surgem iniciativas governamentais que colocam a língua espanhola no centro dos currículos do sistema escolar brasileiro.

Levando em consideração que a lei 11.161 de 2005 nasceu diante da necessidade comercial entre os países participantes do tratado do MERCOSUL, determinado projeto foi ofertado ao senado pelo deputado Atila Lira. Segundo Laseca *apud* Oliveira (2019, p.11):

Según Laseca (2008) fueron necesarios 15 proyectos de ley para que esta última (3987/00) fuese aprobada. Desde 1958 con el PL 4606 se plantea implementar la enseñanza de español y, aún según Laseca, lo que impedía la aprobación de estas leyes eran “problemas de logística para implementar la Ley; escasez de recursos; y presiones de lobistas americanos, italianos y franceses, descontentos con el status que el español podía adquirir en detrimento de sus lenguas”⁴

Diante do exposto, antes da aprovação da lei 11.161/2005, houve outras tentativas de tornar o ensino da língua espanhola como língua estrangeira nas escolas estaduais e institutos federais do Brasil, mas devido a fatores valorativos, estes projetos não chegaram a ser aprovados.

Diante disso, a lei do espanhol, como ficou comumente conhecida, foi aprovada em agosto do mesmo ano e consistia em incluir o ensino da língua espanhola no ensino fundamental anos finais e ensino médio da educação federal e estadual de todo Brasil de forma obrigatória, como é apresentado no disposto abaixo:

Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

§ 2º É facultada a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos. (BRASIL, 2005)

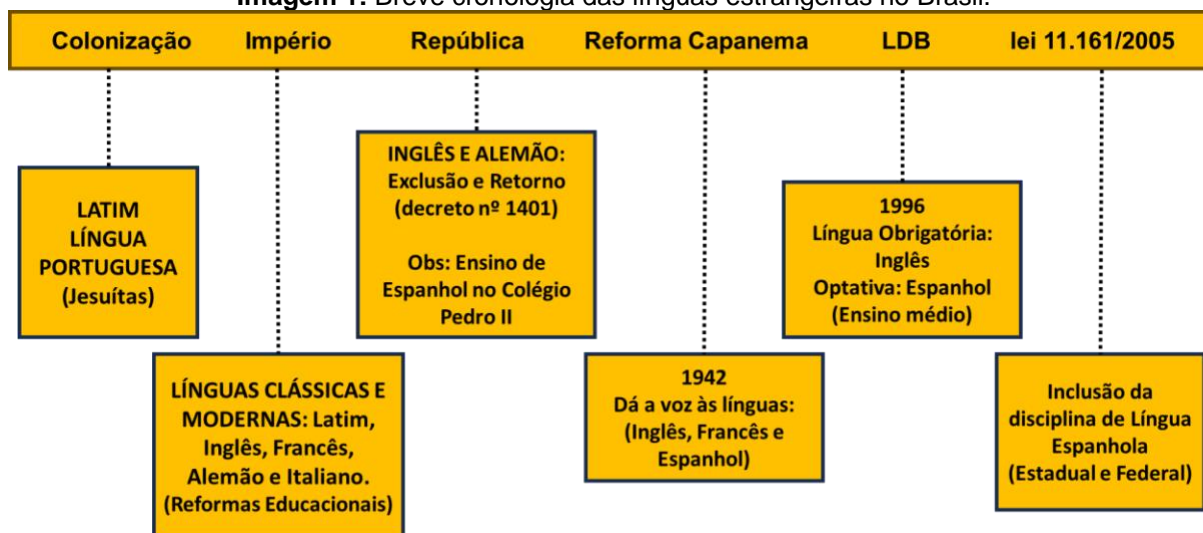
A lei em questão tinha o tempo de implementação de 5 anos para que o ensino do espanhol fosse plenamente inserido nos currículos das escolas do Brasil. Dessa forma, era esperado que, a partir da aplicação desta lei na educação, a língua espanhola fosse se ascender em território brasileiro, já que os brasileiros teriam um acesso mais amplo e direto à língua. Entretanto, não saiu conforme o esperado, isso porque ela não foi realizada da maneira como deveria e, todo o sucesso que era esperado acontecer do espanhol em terras brasileiras, não aconteceu.

Contudo, Alves (2016) discorre que somente em 2011 a lei estudada iniciou, de fato a ser executada, pois seu prazo de execução até a data apresentada

⁴ De acordo com Laseca (2008), foram necessários 15 projetos de lei para que a última (3987/00) fosse aprovada. De acordo com Laseca, o que impediu a aprovação dessas leis foram "problemas logísticos para implementar a Lei; escassez de recursos; e pressão de lobistas americanos, italianos e franceses, insatisfeitos com o status que o espanhol poderia adquirir em detrimento de seus idiomas". (Tradução nossa)

anteriormente já havia sido expirado. Mesmo assim, a língua espanhola sendo inserida nos currículos de algumas escolas do Brasil, ainda assim, não foi realizada de maneira correta, e com isso ela não pôde ser incluída no currículo de algumas escolas, sendo pouco valorizada. Diante desta questão, devido à desvalorização dada pelo governo federal, com relação à língua, muitos estados do Brasil tomaram iniciativas para incluir a língua espanhola em seus currículos educacionais, como veremos no tópico a seguir, com ênfase na lei aprovada no estado da Paraíba.

Imagem 1: Breve cronologia das línguas estrangeiras no Brasil.



Fonte: Acervo Pessoal.

2.1.2 O Espanhol na educação paraibana: o processo de implementação e efetivação.

Considerando que a língua espanhola teve pouco êxito no Brasil, no ponto em que a considera língua estrangeira. A lei 11.161/2005 foi vetada em 2017 devido a aprovação da lei nº13.415/2017, essa conhecida como a lei da reforma do ensino médio, onde a oferta da língua espanhola passa a ter caráter optativo de todo o espaço educacional brasileiro. Diante desta situação, muitos estados já haviam desenvolvido políticas públicas para inserir a língua estrangeira aqui tratada em seus currículos estaduais, a exemplo dos estados do Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia em que desenvolveram leis e aprovaram. O estado da Paraíba, por sua vez, busca sancionar a lei após a revogação da lei 11.161/2005.

Por sua vez, a lei da reforma do ensino médio modificou o cenário educacional quanto ao currículo em diversos contextos, alterando muitas leis já existentes e retirando outras, como foi o caso da lei nº 11.161/2005 da língua espanhola como oferta de componente curricular, como é apresentado no documento: “Art. 22. Fica revogada a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.” (BRASIL, 2017).

Assim, cada estado brasileiro tomou uma iniciativa e o estado da Paraíba não foi diferente. A lei nº 11.191/2018, apresentada através do deputado Anísio Maia discorria: “...sobre oferta da disciplina de Língua Espanhola na grade curricular da Rede Estadual de Ensino.” (PARAÍBA, 2018). Assim, a lei em questão viria para tornar novamente a língua espanhola uma disciplina obrigatória nas escolas estaduais da Paraíba.

Com uma proposta não muito diferente da lei 11.161/2005, a lei estadual do espanhol apresenta os seguintes artigos e incisos sobre a lei:

Art. 1º A disciplina de Língua Espanhola, com matrícula facultativa aos estudantes, fica introduzida no currículo do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino, ao lado da Língua Inglesa, conforme art. 35 da Lei 9394/1996, alterado pela Lei Ordinária 13.415/17.

§ 1º A oferta da disciplina de Língua Espanhola ficará facultativa no Ensino Fundamental, dentro da parte diversificada do currículo.

§ 2º A disciplina de Língua Espanhola terá, no mínimo, a carga horária de uma hora-aula semanal em cada ano letivo.

Art. 2º As aulas de Língua Espanhola serão ofertadas no horário regular dos Sistemas de Ensino

Dentro dos artigos 1 e 2, é exposto como funcionarão as diretrizes da adição do componente curricular de língua espanhola, sendo ela inserida no currículo do ensino médio, oferecendo uma aula semanal. Já no ensino fundamental, como é apresentado no inciso 1, fica a mesma facultativa, podendo a escola adicioná-la ou não, na parte diversificada do currículo. Contudo, o componente curricular em questão, assim como os outros, ficam ofertados no horário normal das aulas. Ademais de, na referida lei, exatamente no quarto artigo, haver uma exigência na qual pede para que sejam ofertadas vagas para professores formados na área de espanhol em seus concursos futuros.

A Associação de Professores de Espanhol do Estado da Paraíba, juntamente com o deputado Anísio Maia, articulou o projeto de lei para que fosse apresentado na câmara dos deputados do estado. Sendo aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, como aponta Oliveira (2019): “El PL fue aprobado por la comisión de Constitución, Justicia y Redacción (CCJR) el día 30 de mayo, y aprobado por la Asamblea Legislativa de Paraíba (ALPB) el día 19 de junho”⁵. Após essa aprovação, a lei é vetada pelo governador, porém depois de algumas lutas entre a APEEPB e alguns deputados, O PL 1509/2018, como era conhecida a lei do espanhol antes de ser aprovada no estado, se converte na lei 11.191/2018 após sua legalização.

A lei passou por muitos altos e baixos para que ela fosse sancionada. E estas lutas se deram pelo empenho da associação de professores de espanhol do estado da Paraíba, no momento sob a direção do presidente Jair Ibiapino Pereira Tavares. Ressaltamos que assim como a lei estadual da inserção do espanhol, a APEEPB também apoiou e movimentou outras leis municipais, como as citadas por Oliveira (2019):

Actualmente existen 10 ciudades con leyes municipales aprobadas, son ellas: Areial (321/2017), Santa Rita (1868/2018), Esperança (318/2018), Mogeiro (004/2019), Santo André (426/2018), Umbuzeiro (360A/2018), Puxinanã (603/2019), Campina Grande (7267/2019), Matinhas (188/2019) y Gurjão (029/2019). (OLIVEIRA, 2019, p.18)⁶

⁵ O PL foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) em 30 de maio, e aprovado pela Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) em 19 de junho. (Tradução nossa)

⁶ Atualmente existem 10 cidades com leis municipais aprovadas, são elas: Areial (321/2017), Santa Rita (1868/2018), Esperança (318/2018), Mogeiro (004/2019), Santo André (426/2018), Umbuzeiro (360A/2018), Puxinanã (603/2019), Campina Grande (7267/2019), Matinhas (188/2019) y Gurjão (029/2019). (OLIVEIRA, 2019, p.18)

Todas elas aprovadas, tendo outras leis espalhadas pelo estado da Paraíba em trâmites, esperando sua aprovação.

3 A ESCOLA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Quando passamos a refletir sobre o papel da escola e sua ligação com o ensino de línguas estrangeiras, é imprescindível estabelecer uma relação entre instituição e alunos, uma vez que, esse espaço é oferecido aos estudantes com o objetivo de proporcioná-los um engajamento com aspectos sociais, políticos, culturais, linguísticos, entre outros. É papel da escola oferecer aos estudantes um espaço onde eles se sintam responsáveis para construir o seu conhecimento, ajudando-os a desenvolver habilidades dentro de suas particularidades. Isso porque:

A escola emerge como uma instituição fundamental para a constituição do indivíduo e para ele próprio, da mesma forma como emerge para a evolução da sociedade e da própria humanidade. A escola como instituição social possui objetivos e metas, empregando e reelaborando os conhecimentos socialmente produzidos. (HAUSCHILD, 2011, p. 1)

Além da escola ser um espaço de aprendizagem, deve também se consolidar como um espaço de inclusão, especificamente, inclusão linguística quando pensamos no ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. A inclusão da Língua Espanhola nas escolas vem como uma oportunidade não somente de apresentar mais uma língua ou idioma, mas como o objetivo de apresentar uma aprendizagem sobre os aspectos culturais, políticos e econômicos que caracterizam os respectivos povos que adotam o espanhol como sua língua materna.

A língua espanhola, por sua vez, ao ser usada pelos países das Américas, possui a capacidade de alcançar uma ampla divulgação após a consolidação do Mercosul, dessa forma, a escola deve se constituir como um palco dessa divulgação, levando os alunos a terem o contato com uma língua estrangeira com intuito de perceberem a necessidade comunicativa e de fortalecerem o seu plurilinguismo dentro da sala de aula como destaca a OCEM: “[...] Mais do que reforçar apenas valores sociais do movimento econômico cultural da globalização, entende-se que o projeto de inclusão seria criar possibilidades de dialogar com outras culturas sem que haja a necessidade de abrir mão de seus valores.” (OCEM: 2008, p.96).

Faz-se necessário pensar na escola como um cenário que possa criar oportunidades para o ensino de línguas estrangeiras, especificamente, o espanhol, uma vez que sua aprendizagem abre portas para obter o conhecimento de uma realidade linguística plural e de vários povos, e ainda oferece vantagem sociocultural para aqueles aos quais a aprendizagem de tais línguas é garantida.

Ao ter contato com a língua espanhola, o mundo do trabalho, associado aos meios de comunicação e a oportunidade para uma futura locomoção internacional, podem ser ampliadas, beneficiando aqueles alunos com melhor acesso ao ensino qualificado, o que certamente inclui o conhecimento da maior diversidade possível da língua.

Segundo Lopes e Rajagopalan (2004, p.119)

[...] ser monolíngue em qualquer língua é ser semi-educado. Em alguns contextos, e neles incluo o nosso, pode ser também fator de atraso e de impedimento de participação plena no que acontece no mundo, na sociedade. É ser fadado a viver em um aquário e não no mar. (RAJAGOPALAN, 2004, p. 119)

Com o avanço da globalização, tornou-se indispensável o conhecimento de saber falar um segundo idioma a fim de ter uma boa comunicação com o mundo, desta forma, o cenário mais adequado para ter o primeiro contato com o espanhol é a escola.

É de total compreensão que para que o ensino da língua espanhola seja realizado em um espaço institucional de educação, é preciso rever todo o processo educativo, sendo esses: discussões teóricas a respeito da língua e sobre metodologias, análises de materiais e seleção de conteúdo, formulações de currículos bilíngues, procedimentos legais em relação à língua hispânica, bem como, seguir dois conceitos básicos: o planejamento linguístico e a política linguística.

Quando uma escola possui tanto um planejamento linguístico como uma política linguística, ela consegue explicitar questões que enfatizam a língua e sua função social, isto é, o seu uso e em que medida cumpre o compromisso de exercer e facilitar a comunicação. Para entendermos como a escola possa implantar em seu âmbito educacional essas práticas, é preciso ter uma noção do que vem a ser um planejamento linguístico e uma política linguística para mediar o ensino do espanhol, para isso nos valem dos conceitos de Calvet (2007, p. 11) e de Rajagopalan (2011, p. 126 – 127):

As Políticas linguísticas são todas as determinações das grandes decisões referentes à língua e sociedade e, planejamento linguístico, como a implementação das decisões determinadas nas discussões políticas. CALVET (2007, p. 11). O planejamento linguístico está ligado à política linguística. Esta sustenta o ensino de língua e envolve ações mais voltadas para decisões políticas. “A política linguística engloba uma vasta gama de atividades que vão desde as políticas locais ou pontuais que envolvem o uso da língua às políticas mais complexas e organizadas pelas autoridades governamentais” (RAJAGOPALAN, 2011, p. 126 – 127).

Levando em consideração a contribuição da escola para a efetivação do ensino de língua espanhola em seu ambiente, é de extrema importância que toda instituição estabeleça um planejamento linguístico e uma política linguística para que assim a oferta de ensino da Língua espanhola venha ser ampliada em território brasileiro. Haja vista, que são poucas as escolas que mantêm a Língua Espanhola no currículo e destacam a sua importância, o que conseqüentemente, contribui cada vez mais para o não reconhecimento por parte de muitas pessoas e instituições da Língua Espanhola como um instrumento de comunicação indispensável.

A escola nesse contexto, pode se tornar uma contribuinte de um ensino de qualidade de línguas estrangeiras, especificamente, da língua espanhola, se levar em consideração que seu dever é de formar alunos cidadãos que consigam utilizar e interagir com a língua espanhola através de uma consciência cidadã, mostrando assim sua acurada significância para a comunidade e explorando o papel que ela desempenha. Essa consciência de formar alunos/cidadãos de uma língua já é um elemento citado pelo próprio Ministério da Educação: “A reflexão sobre o papel da língua que se estuda e das comunidades que as falam, na sua complexa relação com o mundo em geral e com o nosso próprio espaço e a nossa própria língua, é de crucial importância na constituição dessa cidadania”. (BRASIL, 2006, p. 132).

Diante desse fato, compreendemos que a escola que queira oferecer o ensino de espanhol em seu ambiente, deve atender a interesses renovadores, que venha aderir um conceito de língua estrangeira baseada no conhecimento cidadão e na diversidade linguística. Logo, as orientações acerca do ensino de língua espanhola atendem as novas perspectivas educacionais e a função desse ensino para construção de um sujeito integrado ao social, reconhecendo-se por meio do outro.

Os fatos comprovam que a realidade para o ensino de língua estrangeira nas escolas deve partir de posturas também imperativas de concretização de um processo novo. Criar e estabelecer uma prática coerente com os projetos de leis e propostas curriculares, é um planejamento pedagógico, é um tratamento legítimo do rigor que a educação merece. A aplicação de um planejamento coerente é dever não apenas da escola, mas também do estado, da comunidade e do professor para que se chegue ao aluno revestido de possibilidades reais.

Quando uma escola pensa em envolver o aluno em uma política linguística, deve fazê-la de forma concreta e não de forma abstrata, isto é, não existindo apenas num plano documental, pois isso poderá implicar em uma restrição, insignificância, negação de direitos e de acesso a um referencial educativo. Criar e estabelecer a pluralidade linguística apenas no papel e não efetivar sua utilidade na prática é o que leva muitas instituições a perderem a sua credibilidade e o seu entusiasmo para fazer acontecer, negando assim o acesso a diversidade linguística e a todas as possibilidades que advém da implantação de uma língua estrangeira obrigatória no currículo escolar

Ainda sobre o ensino de línguas estrangeiras e a pluralidade que este ensino propõe, entendemos que, ao considerar o advento da globalização e as presentes necessidades, a educação básica junto a órgãos públicos, tem por incumbências oferecer possibilidades aos discentes sobre os conhecimentos linguísticos contemporâneo que são condizentes com a realidade empregada nos contextos sociais.

Sobre o ensino de línguas, considerando uma ideia na qual consiste que a leitura, escrita, oralidade e escuta são as únicas competências adequadas para se aprender uma língua. Contudo, sabemos que antes essa afirmação poderia fazer algum sentido, mas que hoje, é obsoleta. Assim, é de extrema importância que haja políticas públicas linguísticas para a aprendizagem de novos idiomas para que essa afirmação possa ser remodelada. Além das competências apresentadas, existe a competência intercultural que está atrelada aos parâmetros sociais e a inserção dela no processo de ensino-aprendizagem, pois é logrado um amplo aprendizado no total do estudo da língua.

3.1 A importância da formação continuada dos professores

Atualmente o campo educacional vem passando por um grande processo de mudanças em diversas instâncias, visando contribuir para uma melhoria da formação de um novo sujeito-aprendiz, sendo esse apto de tomar suas próprias decisões e de conseguir agir de forma mais crítica e objetiva. Quando falamos sobre o termo “conhecimento”, percebemos que este não se encontra apenas em livros didáticos, mas também se revela nos diálogos e nas trocas de experiências que são compartilhadas uns com os outros. É diante dessa perspectiva que o papel do professor em meio a este cenário vem sendo discutido e remodelado para atingir novas demandas educacionais.

Quando falamos sobre o profissional docente, não tem como dissociar essa figura do termo “conhecimento”, logo consideramos como conhecimento todo o conjunto de teorias, conceitos, valores e crenças que a figura do professor adquire ao longo de sua carreira profissional. No entanto, percebe-se que esses professores ao adquirirem seu diploma ao final de uma graduação estagna na estrada da qualificação contínua de suas competências, o que acaba desacelerando o seu desempenho.

É diante desse fato que se vem discutindo a respeito do que chamamos de formação continuada de professores e quando passamos a refletir acerca desse termo, o professor passa da função de docente para assumir a postura de um aprendiz, adotando um novo conceito de formação que consiste na construção de conhecimentos e teorias sobre a sua prática, a partir da reflexão crítica. Sobre esta orientação, o documento conhecido como PNE (BRASIL, 2001, p.95) já vem tratando há algum tempo sobre o conceito de formação continuada dos professores como uma das formas de valorização do docente e melhoria da qualidade da educação, apontando que a busca pelo conhecimento e pela qualificação não pode estagnar:

É fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério [...] A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, e a busca de parcerias com as Universidades e Instituições de Ensino Superior. (p. 95).

O próprio PNE reconhece que vivemos em um cenário educacional de muitas transformações e nesse contexto está inserido a figura do professor que deve sempre estar se inovando e se reciclando em sua prática profissional. Podemos afirmar que devido aos interesses de classes dominantes da história, é consensual que a formação inicial de professores não consegue formar uma base sólida e qualificada para atender às novas demandas da prática educativa contemporânea.

Todavia, para que um professor possa avaliar a sua prática, é necessário que o mesmo esteja disposto a praticar o conceito de reflexão, estando aberto para aprender novas condutas para exercer sua profissão, alterando o seu modo de trabalhar os seus conhecimentos em sala de aula, uma vez que, os atos de refletir e autoavaliar devem ser as primeiras premissas a serem seguidas em sua formação, podendo desta maneira enxergar uma visão mais crítica sobre sua atuação, na qual pode identificar algumas falhas a serem revistas.

Segundo Delors, (2003, p. 159), ao tratar da formação continuada de professores, ela explicita que “para ser eficaz terá de recorrer a competências pedagógicas muito diversas e a qualidades humanas como autoridade, paciência e humildade [...]. Melhorar a qualidade e a motivação dos professores deve ser uma prioridade em todos os países.” Portanto, compreendemos que para que executar e reavaliar suas atividades é necessário que o docente venha ressignificar e busque novas formas de trabalhar seus conteúdos.

Nesse sentido, destacamos que o professor precisa estar atento e internalize a ideia de que sua formação influencia na construção de sujeitos em formação, para que assim também se sintam motivados a realizarem atividades que lhes competem com qualidade. Quando há o reconhecimento desse fato, o professor é capaz de entender que seu saber não é totalizado e que os alunos trazem para sala de aula novos saberes prévios e se não estiver apto para lidar com esses novos saberes irá ficar para trás em sua carreira. Sobre isto, Pereira (2011. p. 69) destaca o papel da docência em meio ao novo contexto educacional:

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilização de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetivam pela construção de conhecimentos.

Compreendemos que por essa ser uma tarefa complexa, todo docente precisa se qualificar para que não seja afetado por prejuízos em sua carreira. Hoje em dia, o professor além de lidar com uma administração de conteúdos e focar na aprendizagem cognitiva, precisa também lidar com novas capacidades afetivas, físicas, éticas e estéticas que são trazidos pelos estudantes para dentro da sala de aula. Delors (2003, p. 166), vem ressaltar novamente esses pressupostos quando diz:

Os professores são também afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica, social e cultural. (DELORS, 2003, p. 166).

Assim, mais uma vez, vemos o quanto se faz necessário a importância dos professores irem em busca de uma formação continuada para que só assim possam atender às novas demandas e que não se tornem meros transmissores monótonos de conteúdo para os alunos em seu processo de ensino-aprendizagem.

Em se tratando do papel social do professor de Língua estrangeira (LE) é essencial sua influência de alunos críticos e sociais, por isso, tanto o conceito de formação quanto de reflexão são processos que são fundamentais, principalmente, no tocante a contemplar o profissional docente, bem como, aos alunos que poderão ter a oportunidade de compreender a importância da LE para seu desenvolvimento intelectual e social.

Dessa maneira, todo professor que ensina este idioma na educação deve ter conhecimento do embasamento legal para a construção de seu planejamento didático durante a sua prática docente. No passado, o professor de língua estrangeira era tido apenas como um conhecedor da língua que se propunha a ensinar e não havia formação, apenas treinamento para a aplicação de métodos. De acordo com PCN de Língua Estrangeira, é possível enfatizar que:

Tradicionalmente, pensava-se que seria suficiente que o professor fosse exposto a princípios para que sua prática mudasse imediatamente ao abraçar uma nova proposta. Hoje em dia, contudo, sabe-se que o processo é muito mais demorado e complexo, pois a pesquisa indica que, embora os professores frequentemente compreendam princípios teóricos, ao retornarem para a sala de aula, costumam interpretar as inovações em termos de crenças e práticas anteriores. Desse modo, acredita-se, atualmente, que além de se expor o professor aos princípios subjacentes a parâmetros, faz-se necessário seu envolvimento em um processo de reflexão sobre o seu trabalho em sala de aula. Essa reflexão é entendida como o modo mais eficiente para que as práticas em sala de aula sejam questionadas e alteradas, gerando um desenvolvimento contínuo da prática de ensinar língua estrangeira. (BRASIL, 1998, p.109).

Com o avanço na educação, espera-se que o professor de língua estrangeira venha direcionar um olhar reflexivo para os aspectos de sua prática docente para a construção do saber. Podemos compreender que atualmente, o professor de línguas

estrangeiras é colocado de frente para princípios além da sua formação inicial. Atualmente, os processos de formação de professores de línguas estrangeiras enfatizam a necessidade de profissionais autônomos, agentes de mudança e empenhados em refletir sobre sua prática. Para isso Leffa (2001) enfatiza que:

A formação de um professor de línguas estrangeiras envolve o domínio de diferentes áreas de conhecimento, incluindo o domínio da língua que ensina, e o domínio da ação pedagógica necessária para fazer a aprendizagem da língua acontecer em sala de aula (LEFFA, 2001, p. 334).

Quando atentamos para contexto formativo atual de línguas estrangeiras, especificamente, de língua espanhola, vemos que o cenário atual irá solicitar não apenas um técnico competente em usar modelos ou um mero aplicador de regras gramaticais, com proficiência na língua estrangeira em questão, mas sim um professor reflexivo que venha se preocupar com a processo de conhecimento centrado numa interação entre teoria e prática do alunado.

Diante desse novo requerimento de um novo professor de línguas estrangeiras, Celani (2009, p. 10-11) enfatiza a necessidade de uma formação continuada também para esses professores, visto que, há uma falta de políticas públicas que contemplam esta área de conhecimento, quanto alguns problemas relacionados à formação inicial precária que acabam acarretando obstáculos para a criação de uma prática voltada para o aprimoramento. Para a autora:

[...] a falta de políticas eficazes no ensino de língua estrangeira no país, da qual decorre o mito que “língua estrangeira não se aprende na escola”, a qualidade insatisfatória dos programas de formação inicial inerente à licenciatura não só dupla, mas, em muitos casos, curta, fazem da formação continuada do professor de língua estrangeira uma necessidade premente (CELANI, 2009, p. 10-11, aspas da autora).

Quando passamos a pensar em políticas públicas que visem a formação continuada de professores de língua estrangeira, devemos levar em consideração as concepções de Educação, Ser Humano e Ensino-aprendizagem. Quando levadas em consideração o surgimento de oportunidades para os docentes de LE são ampliadas.

A formação continuada de professores de LE, não pode ser vista apenas como um elemento que irá preencher as lacunas da educação, mas deve ser pensada como um fio condutor que irá propiciar uma reflexão por parte do docente, englobando tanto aspectos profissionais como estratégicos e procedimentais. Ou seja, a formação continuada não deve apenas focar em conhecimento teórico, mas também no conhecimento prático, levando em consideração todos os atuantes envolvidos diretamente ou indiretamente. Para confirmar essa ideia, Imbernón, (2001, p. 11) retifica que:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica de intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes. Isso supõe que a formação permanente deve estender-se ao terreno das capacidades, habilidades e atitudes e que os valores e as concepções de cada professor e da equipe como um todo deve ser questionado permanentemente. (IMBERNÓN, 2001, p. 11).

Ao olhar para as palavras de Imbernón (2001), podemos enxergar que a formação continuada de professores de LE nesse contexto, reprime uma visão individualista, adicionando em seus compêndios um processo de construção coletiva. Nesse cenário coletivo, o professor de língua espanhola, encontra um espaço para dividir seu conhecimento com outros colegas de outras áreas, mas também entende que o saber também advém de todos os contextos de interação. É louvável pensar que uma formação continuada não se limita apenas ao espaço de sala de aula, uma vez que, o enriquecimento intelectual e cultural tende a se manifestar na instituição em que o professor está inserido, nos alunos que ali habitam e na sociedade que o cerca.

As reflexões citadas acima mostram como o conceito de “formação continuada” nunca deve sair de pauta, ainda mais, quando relacionamos às línguas estrangeiras. Esse conceito deve ser tido como sustento para a promoção de cursos, programas, projetos e atividades que venham ser desenvolvidas pelos órgãos gestores, secretarias de educação e instituições, dentro ou fora da instituição onde o professor desenvolve sua prática pedagógica. Para isso, Libâneo (2004, p. 34-35) ressalta que a formação continuada se concretiza:

Pela participação e gestão do trabalho escolar, os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente, aprendem sua profissão. É claro que os professores desenvolvem sua profissionalidade primeiro no curso de formação inicial, na sua história pessoal como aluno, nos estágios etc. Mas é imprescindível ter-se clareza hoje de que os professores aprendem muito compartilhando sua profissão, seus problemas, no contexto de trabalho. É no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade. Esta é hoje a ideia-chave do conceito de formação continuada. Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve saberes e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo. (LIBÂNEO, 2004, p. 34-35)

Diante dessa perspectiva, compreendemos que a formação continuada é urgente e necessária e não meramente para desenvolver uma transmissão de conceitos técnicos, mas, principalmente para desenvolver um espaço para o diálogo, a reflexão e troca de experiências, sendo que ela pode ser uma possibilidade para uma atuação profissional emancipatória e de qualidade.

Para que o professor de línguas estrangeiras possa ter consciência dessa prática é necessário que ele tenha a oportunidade de experienciar uma formação contínua que os leve a compreender que o idioma que ensinam deve ser baseado numa competência comunicativa e não apenas como um idioma de estrutura gramatical e tradução. Para isso, é necessário ter em mente que a formação continuada não pode ser apenas mais um caminho de os professores conseguirem ter em mãos mais certificados a fim de receber promoções na carreira profissional e tão pouco de aumento ínfimo de salário.

Desta forma, a formação continuada, especificamente, no ramo de línguas estrangeiras deve ser compreendida como um ato de mudança de práticas em âmbito docente e escolar que deve possibilitar a avaliação do novo, do diferente a partir de novas experiências profissionais, que advém não só da sala de aula em si, mas também do tempo e espaço, implicando em uma estratégia inerente a mudança da realidade em que se coloca e prevalece esta formação. Essa percepção tem reflexos na

formação de professores e na construção da identidade do professor, em razão do que sinaliza com vistas à formalização do saber/dizer no seu saber/fazer.

4 CONCLUSÃO

Através das pesquisas realizadas a fim de compor o presente artigo, a língua espanhola é tida atualmente com um dos principais veículos de comunicação no mundo globalizado e, especificamente, no meio diplomático e no comércio mundial. Por isso é de suma importância conhecer a língua espanhola para não se sentir isolado no mundo globalizado de hoje.

Ter o domínio da língua espanhola é uma chave para abrir portas para se inserir no mercado de trabalho, podendo até mesmo conseguir um diferencial para uma boa colocação em uma entrevista de emprego, por exemplo, uma vez que, no mundo da informação que vivemos, a falta de um segundo idioma ou terceiro pode eliminar oportunidades no mercado de trabalho.

Na atualidade em que vivemos, o mercado de trabalho cada vez está mais exigente e busca de profissionais qualificados, logo, um aluno possuir o domínio de uma língua estrangeira é indispensável para elevar a sua condição profissional futura. Aprender uma língua estrangeira (espanhol) antes era desejável, mas hoje passou a se tornar um pré-requisito para indivíduos que nas mais diversas carreiras profissionais. Com o advento do Mercosul, aprender espanhol deixou de ser um luxo para se tornar praticamente uma emergência.

A posição hierárquica que a língua espanhola alcança no cenário mundial, é tão significativa que quem opta por ignorá-la corre o risco de perder muitas oportunidades no ramo comercial, econômico, cultural, acadêmico e pessoal. Por meio de relatos históricos, podemos perceber a presença da língua espanhola em nossas terras brasileiras, desde os primórdios da colonização. Desde a época da colonização o Brasil se tornou um berço de incorporações dessa língua citada, absorvendo elementos de sua cultura, língua e aspectos que foram sendo adicionados a identidade brasileira, que por si só é concebida pela miscigenação de povos e línguas.

Ademais, com advento das relações comerciais no Brasil, os países do Mercosul acabaram tornando a língua espanhola ainda mais reconhecida e respeitada no país, agregando-a aos currículos básicos das redes de ensino público e privado. O ensino-aprendizagem do espanhol deve ser ministrado em sala de aula para abranger não apenas estruturas gramaticais, mas sim abordar questões culturais de modo que se faça de maneira inclusiva, sendo essa prática realizada por meio de uma visão multicultural.

Os projetos de inclusão do espanhol nas grades curriculares, necessitam estar conectados com políticas públicas e com um acervo cultural, por meio dos quais o ensino da gramática e da ortografia da segunda língua seja trabalhado de forma contextualizada o que pode favorecer o aprendizado da língua e de aspectos da cultura hispânica.

Quando pensamos na inserção da língua espanhola, em nosso estado paraibano, vemos que algumas iniciativas foram tomadas, como a criação de leis que asseguram o direito do ensino do espanhol em instituições escolares, todavia, essa luta da língua espanhola para obter um lugar de direito no cenário educacional não pode parar, deve-se sempre avançar com qualidade de ensino, como por exemplo, ampliando a carga horária de forma que esse idioma seja de fato algo significativo e

contextualizado para os estudantes aguçando suas curiosidades e habilidades da fala e da escrita do idioma.

Infelizmente, há muito a ser feito ainda para colocar a língua espanhola em sua devida posição de importância, principalmente, em relação à legislação e criação de condições favoráveis para que o espanhol seja ministrado em sala com qualidade e que se torne um componente obrigatório na formação dos alunos. Além disso, há a existência de escolas que não ofertam o espanhol em sua grade curricular mesmo com a lei aprovada, descumprindo totalmente a lei ou usando desculpas de falta de docentes ou que não há recursos financeiros para tal região materializar essa lei. Portanto, é necessário um maior comprometimento político como também educacional para efetivar a língua em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABREU, Zilda Helena Lovisi de. **A Língua Espanhola, o MERCOSUL e o Brasil**. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/LINGUAESPANHOLA.pdf>. ,2008, p. 5. Acesso em: 14 de mar de 2023.

ALVES, Fabilene Vitória Paulino. **A situação do ensino da língua espanhola no estado da Paraíba**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. 2016.

BARTEILL, Luiz. **Formação profissional**: a língua espanhola é diferencial na profissão. Em: Jornal de Londrina, Londrina, 17 de agosto de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Estrangeira.1. ed. Brasília: 1998

BRASIL. **Lei nº 11.161**, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Diário Oficial da União. Brasília. DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 24 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em 10 de abr de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases a educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 24 de março de 2023

BRASIL. Ministério da educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. In: Documento. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: [S. I.], 2006.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.

CELANI, Maria A. A. Prefácio. In: TELLES, João A. (Org.). **Formação inicial e continuada de professores de línguas**: dimensões e ações na pesquisa e na prática. Campinas: Pontes, 2009. p. 9-12

CHAGAS, R. Valmir C. **Didática Especial de Línguas Modernas**. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1957.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. -São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

GUIMARÃES, A. História do ensino de espanhol no Brasil. História do ensino de espanhol no Brasil, [s. l.], v. 7, ed. 11, p. 1-9, 2011.

HAUSCHILD, C.B. **Qual a função da escola?** 2011. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/10318/qual-a-funcao-da-scola>. Acesso em: 13 de mar 2023.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

In: Lopes, F. E K. Rajagopalan. 2004. **A Linguística que nos faz falhar**: Investigação Crítica. São Paulo. Parábola Editorial.

LEFFA, Vilson J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: _____ (Org.). **O professor de línguas**: construindo a profissão. Pelotas: Ed. Educat, 2001. p. 333-355.

LEFFA, Vilson L; IRALA, Valesca B. O ensino de outra (s) língua (s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: LEFFA, Vilson;IRALA, Valesca B. Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas, EDUCAT, 2014. p. 21-48. E-book. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/livro_espiadinha.pdf. Acesso em: 14 março de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar** Teoria e Prática. Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª ed., 2004.

MAGALHÃES, Maria Cecília. O professor de línguas como pesquisador de sua ação: a pesquisa colaborativa. Em: GIMENEZ, Telma (Org). **Trajetórias na formação de professores de língua**. Londrina: UEL, 2002.

OLIVEIRA, Jose Felipe Jorge de. **El retorno de la lengua española a la provincia de Paraíba**: la importancia de la APEEPB. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. 2019.

OLIVEIRA, Renilson S. **Ensino e Aprendizagem do Francês-Língua Estrangeira no Estado de Sergipe**: realidade e perspectiva. 2002. 272 folhas. Dissertação de Mestrado. DLM-FFLCH, Universidade de São Paulo.

PARAÍBA. Ofício Circular nº113/2018. **Secretaria Estadual de Educação**. Disponível em: <https://apeepb1.files.wordpress.com/2019/02/ofc3adcio-circular-113-oferta-da-ic3adngua-espanhola.pdf>. Acesso em 10 de abr de 2023.

PEREIRA, Cláudia Justus Tôres. **A Formação do Professor Alfabetizador**: desafios e possibilidades na construção da prática docente. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação stricto sensu em educação, Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2012. Disponível em: http://www.ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/DIS-SERTA_O_CLUDIAJUSTUSTORES PEREIRA_520926749.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

RAJAGOPALAN, K. A norma linguística do ponto de vista da política linguística. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 121-128

SEDYCIAS, João. **O Ensino do espanhol no Brasil**: passado, presente futuro São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela realização do maior sonho da minha vida, minha primeira graduação. Ele me fortaleceu e nunca me permitiu desistir.

À minha família, em especial minha mãe Lúcia e meu pai Gentil que sempre foram meu maior apoio e inspiração para lutar por meus objetivos. Agradeço a minha irmã Penha e a minha sobrinha Anna Júlia, que também me apoiaram, e agradeço a minha avó Rita que sempre acreditou em mim.

Ao meu orientador, o professor Me. Alessandro Giordano.

Aos meus professores que contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico, em especial meus professores da UEPB Antônio Neto, Alfredina, Isabela Cristina, Kaio, Luciene A., Luciene C., Luanda, Nelsânia, Rickson, Thalles, Thays e ao meu querido mestre e orientador Alessandro Giordano pelos ensinamentos nas aulas e contribuições na escrita deste trabalho sempre que o solicitei.

À Banca, que contribuiu para a evolução desta pesquisa, formada pelos professores Kaio César Pinheiro da Silva e Isabela Cristina Tavares da Silva.

Aos meus amigos que também foram muito importantes nessa trajetória e na minha vida, com apoio e incentivo de forma direta ou indiretamente, Antônio, Cybelle, Carol, Danyella, Elizangela, Evanice, Gabrielly, Gerlane, Hugo, John, Jonas, Karla, Mágnã, Mayanne e ao meu querido amigo Ramon, um grande exemplo e inspiração que sempre me apoiou.

Às minhas amigas da universidade, Ana Flávia, Esdra, Fernanda, Georgeane, Juliana, Lindikecia, Luciane e Suvaneide.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.